



Simulado Final

MPU

Técnico do MPU - Polícia Institucional
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico do MPU - Polícia Institucional do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajzb7Ro4Accr6E19>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/G95C>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.

- a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
- b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
- c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
- d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
- e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.

2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.

- a) Você pode dizer-me as horas?
- b) Eu tenho a tua palavra de honra?
- c) Ela me faz tão feliz!
- d) O professor entra na sala e inicia a aula.
- e) É importante praticar a escrita.

3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão).

Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.

- a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
- b) O homem é aquilo que ele come.
- c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
- d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
- e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/ver-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.

- a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
- b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
- c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
- d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
- e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.

5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- a) Segredo, só guarda quem não sabe.
- b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
- d) Avise-me se você não receber esta carta.
- e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.

- e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em : www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/.
Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

17. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

18. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder:

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

19. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

20. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade culposa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

- a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.
- b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.
- d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.
- e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

- I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.
- III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza suprallegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Tiago Zanolla*

31. Durante sessão solene no Senado Federal, foi aprovado, por maioria absoluta e mediante voto secreto, o nome de Alexandre, membro do Ministério Público Militar, para o cargo de Procurador-Geral da República. Ato contínuo, o Presidente da República editou o decreto de nomeação. Considerando os preceitos legais e constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) houve vício no procedimento, pois somente membros do Ministério Pùblico Federal podem ser nomeados Procurador-Geral da República.
- b) o procedimento está correto, desde que tenha sido observada a escolha dentre os Subprocuradores-Gerais da República.
- c) o ato é inválido, pois a nomeação depende de lista tríplice elaborada pelos membros do MPU e referendada pelo CNMP.
- d) o procedimento está correto, desde que Alexandre seja membro da carreira do MPU, independentemente do ramo.
- e) o ato de nomeação deveria ter sido precedido de autorização da Câmara dos Deputados, em votação por maioria simples.

32. Maria, membro do Ministério Pùblico de Goiás, pretende ajuizar uma reclamação no Supremo Tribunal Federal, alegando violação a súmula vinculante por decisão do Tribunal de Justiça local. Um colega alertou que ela deveria solicitar autorização ou ratificação do Procurador-Geral da República. À luz da jurisprudência do STF e dos princípios institucionais do MP, a orientação está:

- a) correta, pois a atuação do MP estadual no STF depende de ratificação pelo PGR.

b) incorreta, pois o MP estadual possui legitimidade autônoma para atuar em processos de sua atribuição no STF.

c) correta, pois o PGR é o único legitimado a atuar no STF em nome do Ministério Pùblico.

d) incorreta, pois o MP estadual pode atuar no STF, mas apenas após homologação pelo CNMP.

e) correta, apenas se a atuação envolver ação direta de inconstitucionalidade.

33. André, membro do MPF, está sendo processado por ato praticado fora de suas atribuições institucionais. Ele manifestou intenção de atuar como seu próprio defensor na fase inicial do processo penal. Com base na jurisprudência do STF e na legislação aplicável, é correto afirmar:

- a) A autodefesa é direito personalíssimo e independe de proibição legal expressa.
- b) O membro do MP pode exercer advocacia em causa própria, desde que não interfira no cargo.
- c) É vedado a membro do MP atuar em defesa própria, mesmo em causa penal, por ser atividade privativa da advocacia.
- d) A vedação à autodefesa aplica-se apenas aos magistrados, não aos membros do MP.
- e) A Constituição permite a defesa em nome próprio, salvo se envolver prerrogativa de função.

34. Em fiscalização interna, identificou-se que um Procurador da República em exercício no primeiro grau foi denunciado por crime de responsabilidade por omissão no dever de fiscalização orçamentária. Qual o órgão competente para o julgamento da denúncia?

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Senado Federal.
- e) Justiça Federal de 1ª instância.

35. Durante aula sobre a estrutura do Ministério Público da União, o professor apresentou diferentes cenários para análise dos alunos. Em um deles, mencionou que determinado membro do MPU atua perante as Auditorias Militares. Em outro, destacou um membro com atribuição junto ao STJ e outro, ainda, que oficia perante Juízes Federais em comarcas onde não há sede da Procuradoria. Considerando os cargos e os respectivos foros de atuação no âmbito do MPU, assinale a alternativa correta:

- a) Os Promotores da Justiça Militar atuam exclusivamente perante o Superior Tribunal Militar.
- b) Os Subprocuradores-Gerais da República atuam exclusivamente perante os Juízes Federais e TRFs.
- c) Os Procuradores da República atuam exclusivamente junto ao TRF da região de sua lotação.
- d) Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar atuam junto ao STM e à Câmara de Coordenação e Revisão.
- e) Os Procuradores Regionais da República atuam perante o STJ por delegação do PGR.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. Carla e Ana vivem em união estável homoafetiva e realizaram o procedimento de inseminação artificial, cabendo à Ana a realização da gestação. Carla é servidora efetiva e Ana ocupa cargo comissionado. Por motivos profissionais, Ana não pode se afastar, e Carla solicitou a licença-maternidade. O órgão negou, alegando que a licença só poderia ser concedida à servidora gestante.

Acerca do regime constitucional aplicável aos servidores públicos, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) ambas teriam direito à licença-maternidade, sendo que Carla poderá usufruir do benefício pelo prazo geral da licença-maternidade, uma vez que Ana optou por não usufruir do benefício.
- b) apenas Carla teria direito à licença-maternidade, por ser efetiva, mas somente se fosse a gestante.
- c) Ana não faria jus à licença, por exercer cargo de provimento em comissão.
- d) ambas têm direito à licença-maternidade, de igual duração, em razão da isonomia.
- e) nenhuma das duas teria direito à licença-maternidade, por falta de previsão legal.

37. Acerca dos atos de improbidade que atentam contra os princípios administrativos, da reforma da Lei de Improbidade e da indisponibilidade dos bens, nos termos do previsto na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o rol de atos que atentam contra os princípios é considerado exemplificativo.
- b) a violação dos princípios da administração pública depende da ocorrência de dano ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente.
- c) não há abolição da tipicidade da conduta de improbidade administrativa, reconhecida antes das alterações dadas pela Lei 14.230/2021, quando os fatos analisados evidenciarem a concretização das novas hipóteses de condutas previstas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, como no caso do nepotismo, em razão do princípio da continuidade típico-normativa.
- d) as disposições da Lei n. 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, por se tratar de medida processual, de modo que as medidas já deferidas não devem ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei de Improbidade.
- e) para fins de indisponibilidade de bens, que se aplica até mesmo quanto aos atos que atentam contra os princípios, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-partes, limitando-se o somatório da medida ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

38. Mateus é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram

remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Mateus foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Mateus era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Mateus, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

39. Durante uma auditoria fiscal em uma *startup* de análise de crédito, o Auditor da Receita Estadual identificou que a empresa coleta e compartilha dados de consumidores com outras *fintechs*, inclusive dados sensíveis, como origem racial e histórico médico. O compartilhamento é feito com base em cláusula genérica de consentimento no contrato eletrônico. Não há informações claras sobre os critérios de uso dos dados ou os responsáveis pelo tratamento. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) o consentimento genérico é válido desde que o titular não manifeste oposição expressa ao tratamento dos dados.
- b) dados sensíveis podem ser compartilhados livremente entre empresas, desde que constem em contratos assinados digitalmente.
- c) a ausência de transparência na identificação dos responsáveis não afeta a validade do tratamento de dados.
- d) o tratamento de dados sensíveis para fins de análise de crédito dispensa consentimento específico.
- e) o consentimento deve ser específico, destacado e baseado em finalidade legítima, sendo nulo quando genérico ou baseado em cláusulas obscuras.

40. Durante situação de emergência pública declarada no Município Alfa, a Administração contratou, por dispensa de licitação, a sociedade empresária Gama, para fornecimento imediato de materiais médicos. Passados treze meses da contratação inicial e persistindo a situação emergencial, cogita-se a possibilidade de nova contratação direta da mesma empresa, com fundamento na mesma situação. À luz da legislação aplicável e do entendimento consolidado pela jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada diretamente, desde que demonstre ter capacidade técnica e vantajosidade na nova proposta.
- b) a vedação legal à recontratação da sociedade empresária Gama é inconstitucional, pois viola os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.
- c) a sociedade empresária Gama poderá ser contratada diretamente apenas se o novo contrato tiver por base um fundamento legal diverso do utilizado na contratação anterior, sendo vedada a prorrogação pelo mesmo motivo, ainda que o prazo total fosse inferior a um ano.
- d) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada com base no mesmo dispositivo legal, desde que se tratasse de nova emergência ou calamidade pública, distinta da anteriormente declarada.
- e) a vedação à recontratação da sociedade empresária Gama aplica-se a qualquer hipótese futura de contratação direta, mesmo que por novo fundamento legal ou em nova situação emergencial.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

41. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

42. Carla, jornalista investigativa, publicou reportagem sobre práticas médicas ilegais em clínicas clandestinas. Uma das matérias relatava a realização de interrupções voluntárias de gravidez em fetos diagnosticados com microcefalia causada por zika vírus, com base em laudos médicos e entrevistas com pacientes e profissionais. O conteúdo causou grande repercussão social e levou o Ministério Público a ajuizar ação contra as clínicas envolvidas. Contudo, alguns grupos religiosos passaram a ameaçar Carla nas redes sociais, acusando-a de “incentivar o aborto” e exigindo a sua punição criminal por apologia ao crime.

Diante do caso apresentado, e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos fundamentais previstos no art. 5º da CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) Carla praticou crime de apologia ao aborto, já que a reportagem dá visibilidade à prática, e a liberdade de expressão não protege condutas contrárias à moral pública.
- b) A liberdade de manifestação do pensamento não é absoluta, razão pela qual Carla poderá responder civil e penalmente pela reportagem, independentemente de sua veracidade.
- c) A divulgação da reportagem está amparada pela liberdade de informação e de expressão jornalística, sendo vedada qualquer forma de censura ou punição pela opinião expressa.
- d) O direito à vida do nascituro é absoluto, de modo que a simples menção à prática de aborto em qualquer hipótese fere o preceito constitucional.
- e) A responsabilização de Carla depende exclusivamente da comprovação de que a matéria foi publicada com intenção de causar dano à imagem das clínicas clandestinas.

43. Rafael, foi vítima de sucessivos episódios de violência psicológica e física praticados por seu companheiro, João, em contexto de relação afetiva e convivência doméstica. Ao buscar proteção legal, teve negado o pedido de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sob o fundamento de que a norma teria aplicação exclusiva às mulheres cisgênero. Diante da omissão legislativa quanto à proteção específica de homens GBTI+ vítimas de violência doméstica, o Ministério Público propôs ação constitucional para assegurar o direito fundamental de Rafael à segurança, à dignidade e à igualdade, invocando a jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A negativa do pedido de medidas protetivas é legítima, pois a Lei Maria da Penha tem como pressuposto a violência de gênero contra a mulher, sendo inaplicável a casais homoafetivos masculinos.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a mora legislativa em editar norma específica e determinou, por meio de mandado de injunção, a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, em determinadas circunstâncias.
- c) O mandado de injunção não é a via adequada para suprir lacuna legislativa em matéria penal ou processual penal, razão pela qual eventual omissão deve ser solucionada pelo controle concentrado de constitucionalidade.
- d) A proteção contra violência doméstica nas relações homoafetivas já é plenamente assegurada pela legislação comum, não havendo necessidade de extensão da Lei Maria da Penha a esses casos.
- e) Apenas decisão vinculante em sede de ação direta de constitucionalidade pode obrigar o Poder Judiciário a aplicar analogicamente a Lei Maria da Penha em relações homoafetivas masculinas.

44. Joana, mãe solo de três filhos pequenos e residente em uma comunidade de baixa renda, teve seu acesso ao programa de transferência de renda do governo federal suspenso por mudança na regulamentação administrativa, sem qualquer justificativa individualizada. Com o corte do benefício, Joana ficou sem condições de prover alimentos e itens básicos para os filhos. Ela ajuizou ação buscando o restabelecimento do benefício, com base nos direitos sociais previstos na CF/1988, argumentando que a decisão violava seu direito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.

Com base no caso e nos princípios constitucionais aplicáveis aos direitos sociais, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da reserva do possível impede qualquer obrigação judicial ao Estado para garantir prestações sociais, como programas de renda mínima, por serem de caráter discricionário.
- b) O direito à assistência aos desamparados é um direito programático e, portanto, não pode ser exigido judicialmente, salvo após regulamentação específica.
- c) O Estado pode suspender ou modificar programas sociais a qualquer tempo, desde que respeitada a legalidade, não havendo vedação ao retrocesso social.
- d) A suspensão do benefício, sem fundamento legítimo e individualizado, viola o princípio do mínimo existencial, sendo possível sua judicialização.
- e) A concessão de benefícios sociais depende exclusivamente da vontade política do administrador, não havendo direito subjetivo do cidadão à sua manutenção.

45. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resolução disciplinando a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e impondo limites ao preenchimento de cargos em comissão e ao número de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos. A norma foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que invadiria competências locais e violaria o princípio da separação dos poderes, em razão do autogoverno dos tribunais.

Com base no entendimento do STF e na sistemática constitucional, assinale a alternativa correta

- a) A resolução do CNJ foi declarada inconstitucional, pois invadiu a competência administrativa dos tribunais estaduais e afrontou o princípio federativo.
- b) A resolução foi considerada parcialmente inconstitucional, uma vez que apenas os tribunais locais podem fixar a jornada de trabalho de seus servidores.
- c) A resolução foi considerada constitucional, por tratar de matéria administrativa com fundamento na competência do CNJ para controle da gestão do Judiciário.
- d) A resolução foi considerada constitucional, desde que aplicada exclusivamente aos tribunais superiores sediados em Brasília.
- e) A resolução foi considerada inconstitucional, pois apenas lei federal poderia estabelecer limites à ocupação de cargos em comissão no Poder Judiciário.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Alexandre Herculano

46. Sobre os fundamentos da atividade de inteligência, assinale a alternativa correta:

- a) A atividade de inteligência visa apenas a produção de conhecimento para a tomada de decisão policial.
- b) O sigilo é valor secundário, sendo a transparência o princípio fundamental da inteligência.
- c) A atividade de inteligência é instrumento auxiliar da decisão governamental, integrando o ciclo de produção do conhecimento, proteção do conhecimento e operações de inteligência.
- d) A atividade de inteligência não se preocupa com a proteção dos próprios meios e métodos.
- e) A atividade de inteligência é exercida exclusivamente por órgãos militares.

47. O ramo de Inteligência, segundo a doutrina brasileira, tem como objetivo principal:

- a) Identificar e neutralizar ameaças internas à segurança nacional.
- b) Atuar exclusivamente em operações de campo.
- c) Produzir conhecimento para a tomada de decisão, antecipando ameaças e oportunidades.
- d) Fiscalizar órgãos de segurança pública.
- e) Realizar apenas ações de contraespionagem.

48. O ramo de Contrainteligência tem como principal finalidade:

- a) Promover a aproximação entre órgãos de segurança pública.
- b) Proteger informações, instalações e pessoal contra ações adversas e ameaças.
- c) Divulgar informações sensíveis à imprensa.
- d) Realizar apenas operações de sabotagem.
- e) Facilitar o acesso de agentes externos a informações estratégicas.

49. Sobre o ciclo de produção do conhecimento em inteligência, o elemento de análise é responsável por:

- a) Coletar informações em campo.
- b) Analisar dados brutos e transformá-los em conhecimento útil.
- c) Desenvolver tecnologias para operações sigilosas.
- d) Realizar a proteção física de instalações.
- e) Promover a divulgação irrestrita de informações.

50. O elemento de operações na atividade de inteligência atua principalmente:

- a) Na elaboração de relatórios administrativos.
- b) No planejamento e execução de ações sigilosas para obtenção de informações.
- c) No controle financeiro de órgãos de inteligência.
- d) Na divulgação pública de informações estratégicas.
- e) Na contratação de pessoal civil.

51. No contexto do glossário de inteligência, o termo "alvo" refere-se a:

- a) Apenas pessoas suspeitas de crimes hediondos.
- b) Qualquer objeto, pessoa, grupo, organização ou local de interesse para a produção de conhecimento.
- c) Apenas instalações militares.
- d) Somente dados eletrônicos.
- e) Exclusivamente ameaças externas.

52. A Política Nacional de Inteligência (PNI) tem como uma de suas diretrizes:

- a) Subordinar os órgãos de inteligência ao controle de organismos internacionais.
- b) Promover a integração e a coordenação das ações de inteligência em âmbito nacional.
- c) Priorizar a transparência irrestrita de informações sensíveis.
- d) Limitar a atuação da inteligência à esfera estadual.

e) Excluir a atividade de contrainteligência de seu escopo.

53. A Estratégia Nacional de Inteligência (ENI) tem por finalidade:

- a) Definir ações táticas para o policiamento ostensivo.
- b) Detalhar as ações necessárias para a consecução dos objetivos da PNI.
- c) Fiscalizar o orçamento das agências de inteligência.
- d) Estabelecer políticas de relações exteriores.
- e) Normatizar o funcionamento do Poder Judiciário.

54. Sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), assinale a alternativa correta:

- a) É composto exclusivamente pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
- b) Possui coordenação centralizada na Polícia Federal.
- c) Visa integrar as ações de inteligência no âmbito federal, estadual e municipal.
- d) Não inclui órgãos de segurança pública estaduais.
- e) Atua apenas em questões de defesa nacional.

55. A Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP) tem como um de seus objetivos:

- a) Centralizar toda a atividade de inteligência nas Forças Armadas.
- b) Promover a integração entre os subsistemas de inteligência de segurança pública dos entes federados.
- c) Proibir o uso de tecnologias de informação na atividade de inteligência.
- d) Viabilizar a publicização das operações de inteligência.
- e) Favorecer a descentralização irrestrita das ações de inteligência.

SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS*Alexandre Herculano*

56. Durante uma visita oficial de um dignitário a uma cidade, a equipe de segurança identifica um ponto vulnerável na rota de deslocamento, onde há um potencial risco de ataque por explosivos improvisados. Qual das seguintes ações é a mais adequada para mitigar essa vulnerabilidade?

- a) Alterar o itinerário de última hora, sem aviso prévio, para evitar que possíveis atacantes tenham conhecimento do trajeto.
- b) Realizar uma varredura prévia antes do deslocamento, além de monitoramento contínuo durante o trajeto.
- c) Utilizar apenas a segurança motorizada, confiando na velocidade do deslocamento para evitar possíveis ataques.
- d) Reduzir a quantidade de veículos na comitiva para minimizar o risco de ataques coordenados.
- e) Aguardar a chegada ao local do evento para definir novas rotas, sem realizar verificações antecipadas.

57. Ao planejar a segurança de uma aparição pública de um dignitário, qual procedimento é essencial para assegurar a integridade da autoridade em público?

- a) Garantir que o público seja completamente controlado, impedindo qualquer tipo de aproximação ou manifestação.
- b) Utilizar apenas a segurança armada, sem o apoio de equipe de apoio ou recursos tecnológicos.
- c) Permitir que a autoridade interaja livremente com o público, promovendo uma imagem de acessibilidade, mesmo que isso aumente os riscos.
- d) Estabelecer uma área de isolamento ao redor da autoridade, com contingente de segurança preparado para agir em caso de emergência, além de usar rotas de entrada e saída controladas.
- e) Manter a segurança apenas na chegada e na saída, sem realizar inspeções ou planejamento detalhado do local.

58. Durante uma operação de segurança, a equipe realiza uma varredura de uma instalação onde o dignitário irá se encontrar. Qual das seguintes ações é a mais adequada para garantir a eficácia da varredura?

- a) Utilizar apenas métodos visuais e palpáveis, sem equipamentos eletrônicos, para evitar falsos positivos.
- b) Empregar uma combinação de equipamentos eletrônicos de detecção de explosivos, além de inspeção visual detalhada, por profissionais treinados.
- c) Realizar a varredura de forma superficial, focando apenas nas áreas mais visíveis, para economizar tempo.
- d) Delegar a tarefa de varredura a pessoal não treinado, para agilizar o procedimento.
- e) Confiar exclusivamente nos cães farejadores, dispensando o uso de equipamentos eletrônicos.

59. Qual princípio fundamental de segurança de dignitários está sendo violado na seguinte situação?

Uma equipe de segurança dispõe de poucos recursos e, por isso, não realiza planejamento detalhado das operações, dependendo apenas da experiência do comandante no momento.

- a) Princípio da prevenção.
- b) Princípio da redundância.
- c) Princípio do planejamento.
- d) Princípio da reação rápida.
- e) Princípio da comunicação.

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

60. Na organização da cápsula de segurança de um dignitário, qual elemento é considerado indispensável para garantir a continuidade da proteção em caso de emergência?

- a) Uma equipe de reserva, treinada para assumir o controle imediatamente.
- b) Uma única rota de fuga previamente estudada, sem alternativas.
- c) A presença de um corpo de segurança apenas na entrada do local, sem planejamento para o interior.
- d) A utilização de equipamentos de comunicação de baixa frequência, que podem ser facilmente interceptados.
- e) A ausência de planos de contingência, para evitar confusão durante a operação.

61. Durante uma operação de segurança em um evento de grande porte, uma equipe percebe que há uma vulnerabilidade no sistema de comunicação, pois uma das rádios está apresentando interferências constantes. Qual procedimento deve ser adotado imediatamente?

- a) Continuar usando o sistema de comunicação, pois a interferência não compromete a operação.
- b) Utilizar canais alternativos de comunicação, como telefones celulares, mesmo que com menor eficiência.
- c) Parar a operação até que o problema seja resolvido, priorizando a segurança máxima.
- d) Utilizar sinais manuais ou códigos preestabelecidos para comunicação, minimizando o uso de rádios.
- e) Compartilhar informações confidenciais por escrito para evitar interceptação.

62. No planejamento de uma operação de segurança, o comandante de equipe identifica uma vulnerabilidade na segurança residencial de uma autoridade, que possui uma residência com acesso controlado, mas com áreas externas pouco protegidas. Qual medida mais adequada para reforçar a segurança?

a) Instalar câmeras de vigilância externas e aumentar o patrulhamento na área.

b) Reduzir o número de funcionários de segurança para evitar custos adicionais.

c) Manter a rotina de segurança sem alterações, confiando na vigilância existente.

d) Permitir o acesso livre na área externa, uma vez que o acesso controlado é suficiente.

e) Focar apenas na segurança interna da residência, ignorando as áreas externas.

63. Durante uma missão de segurança, a equipe detecta sinais de que um atentado com explosivos está sendo preparado na área de uma aparição pública do dignitário. Qual das seguintes ações deve ser priorizada?

- a) Encerrar imediatamente o evento e evacuar o público, sem tentar identificar a ameaça.
- b) Reduzir a segurança na área, para evitar pânico.
- c) Ignorar os sinais, confiando na sorte de que nada acontecerá.
- d) Aguardar uma confirmação oficial antes de agir, para evitar alarmes desnecessários.
- e) Manter a operação e alertar imediatamente as equipes de explosivos e de inteligência para uma varredura completa.

64. Qual dos seguintes fatores é fundamental na elaboração do itinerário de deslocamento de um dignitário para reduzir vulnerabilidades?

- a) Utilizar as rotas mais rápidas, independentemente do nível de controle ou acessibilidade.
- b) Planejar rotas alternativas, considerando pontos de risco conhecidos e áreas de alta vulnerabilidade.
- c) Priorizar o deslocamento por vias públicas movimentadas, para parecer acessível ao público.
- d) Evitar rotas previamente estudadas, para dificultar possíveis ataques.
- e) Não comunicar o itinerário às autoridades locais, para manter o sigilo absoluto.

- 65.** Em relação à segurança de uma autoridade em aparições públicas, qual é a finalidade principal de criar uma "zona de segurança" controlada?
- a) Impedir qualquer interação do público com a autoridade.
 - b) Facilitar o controle do acesso, monitorar possíveis ameaças e permitir rápida intervenção em caso de incidentes.
 - c) Limitar a circulação de pessoas ao redor do local, independentemente do risco.
 - d) Garantir que a autoridade permaneça isolada, sem contato com o público.
 - e) Reduzir a quantidade de segurança necessária, economizando recursos.

- I. O processo de seleção de pessoal deve incluir análise de antecedentes criminais e checagem de referências.
 - II. O treinamento em segurança deve ser contínuo, somente para equipes de vigilância.
 - III. Processos de desligamento devem incluir revogação imediata de acessos físicos e lógicos.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Apenas I está correta.
 - b) I e II estão corretas.
 - c) I e III estão corretas.
 - d) II e III estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

- 66.** Sobre a doutrina de Segurança Orgânica, assinale a alternativa correta.
- a) A Segurança Orgânica é um conjunto de medidas integradas para salvaguardar pessoas, informações, materiais e instalações.
 - b) O princípio da compartimentação visa restringir informações apenas à alta direção das organizações.
 - c) A Segurança Orgânica prioriza exclusivamente a proteção de bens materiais, negligenciando o fator humano.
 - d) O sigilo absoluto é sempre mais eficaz do que o controle de acesso seletivo nas organizações.
 - e) A doutrina de Segurança Orgânica é incompatível com a promoção de uma cultura organizacional aberta.

- 67.** Sobre Segurança dos Recursos Humanos, analise as afirmativas:

- 68.** Sobre a Segurança do Material, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma medida adequada de proteção:
- a) Controle de inventário de ativos críticos.
 - b) Etiquetagem não padronizada de bens sensíveis.
 - c) Monitoramento por CFTV em depósitos de alto valor.
 - d) Restrição de acesso físico a áreas de armazenamento.
 - e) Auditorias periódicas para detecção de desvios.
- 69.** Considerando a Segurança das Áreas e Instalações, é correto afirmar que:
- a) Barreiras físicas são dispensáveis quando há monitoramento eletrônico.
 - b) O plano de evacuação deve ser conhecido apenas pela equipe de segurança.
 - c) O controle de acesso físico é uma medida de segurança ativa.
 - d) A iluminação externa não influencia a segurança perimetral.
 - e) Zonas de acesso restrito devem ter proteção física e procedimentos específicos.

70. Sobre Segurança das Comunicações, assinale a alternativa correta:

- a) A criptografia de ponta a ponta garante que apenas o transmissor possa ler a mensagem.
- b) O controle de dispositivos móveis não é relevante para a segurança das comunicações empresariais.
- c) A política de uso de e-mail corporativo deve incluir restrições para envio de informações sensíveis.
- d) O uso de redes Wi-Fi públicas é recomendado para comunicações empresariais seguras.
- e) O sigilo das comunicações só é importante para empresas do setor de defesa.

71. Na segurança da tecnologia da informação, o princípio do "menor privilégio" refere-se a:

- a) Garantir que usuários tenham acesso irrestrito aos sistemas.
- b) Permitir acesso apenas às informações necessárias à função do usuário.
- c) Priorizar o uso de senhas simples para facilitar o acesso.
- d) Compartilhar credenciais entre membros da equipe para agilidade.
- e) Implementar backups semanais como única barreira de proteção.

72. Sobre a doutrina da Segurança Ativa, é correto afirmar:

- a) Consiste na adoção de medidas reativas para mitigar ocorrências já efetivadas.
- b) Está restrita à proteção física de instalações.
- c) Inclui ações de prevenção, detecção e resposta a ameaças antes que causem danos.
- d) Dispensa o uso de informação de inteligência para antecipação de riscos.
- e) Não contempla a realização de exercícios simulados de emergência.

73. Em relação aos princípios da Segurança Ativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Antecipação de ameaças é um princípio fundamental.
- b) A passividade operacional favorece a eficiência da segurança ativa.
- c) O monitoramento contínuo de vulnerabilidades é recomendado.
- d) A pronta resposta a incidentes é parte do escopo da segurança ativa.
- e) O uso de tecnologias de detecção automatizada é compatível com a doutrina ativa.

74. Sobre a integração entre Segurança Orgânica e Segurança Ativa, analise as proposições abaixo:

- I. A Segurança Orgânica estabelece as bases estruturais e procedimentais, enquanto a Segurança Ativa atua na antecipação, detecção e resposta a ameaças.
- II. A Segurança Orgânica não depende de ações de Segurança Ativa para ser eficaz.
- III. A integração entre ambas potencializa a capacidade de proteção, tornando a organização mais resiliente frente a riscos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas
- e) I, II e III

75. Em relação aos controles de segurança das áreas e instalações, considere as situações abaixo:

- I. Uma empresa adota catracas eletrônicas, mas permite o acesso irrestrito de visitantes sem cadastro prévio.
- II. Uma organização utiliza sistemas de alarme e monitoramento, mas não realiza manutenção preventiva dos equipamentos.
- III. Um órgão público adota controles físicos e eletrônicos, inspeciona rotineiramente seus sistemas e treina os colaboradores em procedimentos de emergência.

Assinale a alternativa que apresenta a combinação correta do nível de segurança aplicado:

- a) I e II demonstram alto grau de segurança preventiva.
- b) Apenas III representa o alinhamento adequado com os princípios de segurança orgânica e ativa.
- c) II e III adotam medidas compatíveis com a doutrina de segurança ativa.
- d) Todas as situações ilustram exemplos de segurança orgânica.
- e) Apenas I demonstra integração entre controles físicos e procedimentos.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

76. Dois criminosos, munidos de uma tesoura, abordaram Tiago quando este saía da Faculdade no centro de determinada capital brasileira. Após a abordagem, exigiram que a vítima entrasse no veículo dos infratores e fosse com eles até um caixa eletrônico e realizesse saques nos terminais de autoatendimento, mediante o uso de cartão e senha. Cerca de 2h depois, já tendo obtido um total de R\$ 1.500,00 da vítima, os infratores libertaram Tiago às margens de uma rodovia federal.

Nesse caso, é correto afirmar que os agentes praticaram o crime de:

- a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, majorado de um terço à metade
- b) roubo qualificado
- c) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas
- d) roubo majorado pelo emprego de arma branca e pela restrição da liberdade da vítima
- e) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, sem majoração

77. Jair, Oficial de Justiça Federal, dirigiu-se à casa de David, com vistas à realização de uma diligência de penhora determinada no bojo de determinado processo. Lá chegando, Jair anunciou a diligência, tendo sido recebido a socos por David, que buscava impedir a realização do ato de penhora. Jair, em razão das agressões, sofreu lesão corporal grave, e a diligência de penhora acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de David configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Desobediência e lesão corporal grave
- c) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- d) Resistência qualificada, apenas
- e) Resistência simples e lesão corporal grave

78. Ricardo e Eduardo praticaram um furto a uma loja de celulares, subtraindo 30 aparelhos, avaliados em R\$ 10.000,00 cada. Ao empreenderem fuga, pediram a César, pai de ambos, que guardasse os aparelhos em sua residência. César aceitou guardar os aparelhos para beneficiar os filhos, que temiam a apreensão dos produtos e a perda do proveito do crime. Três semanas depois, Ricardo e Eduardo voltaram à casa do pai e levaram embora os aparelhos.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de César configura:

- a) participação no crime de furto praticado por Ricardo e Eduardo
- b) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- c) favorecimento real, sem isenção de pena
- d) favorecimento pessoal, com isenção de pena em razão do parentesco
- e) favorecimento real, com isenção de pena em razão do parentesco

79. Gilmar, empresário, caminhava pela rua quando viu que determinado cidadão havia subtraído, mediante violência, o celular de uma pedestre. Gilmar, então, iniciou imediata perseguição ao infrator, tendo-o capturado logo após a infração, de forma que foi recuperada a *res furtiva*:

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) não houve flagrante válido, pois a perseguição foi realizada por uma pessoa do povo
- b) houve flagrante ficto
- c) houve flagrante próprio
- d) houve flagrante esperado
- e) houve flagrante impróprio ou quase-flagrante

80. Em determinada Procuradoria da República, um cidadão, revoltado com o arquivamento de um inquérito civil público, atirou pedras contra a vidraça do prédio, bem como quebrou as portas do edifício, se evadindo em seguida. O agente de polícia institucional, ao identificar os elementos físicos de potencial interesse para a produção da prova pericial, deverá:

- a) Providenciar a coleta dos vestígios
- b) Providenciar a remoção dos vestígios até a central de custódia
- c) Proceder à descrição detalhada dos vestígios
- d) Proceder à preservação do local e à consequente preservação dos vestígios
- e) Proceder a armazenamento dos vestígios

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Polícia Institucional) - 26/04/2025

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>